

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.498 - MG (2019/0290191-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : GILBERTO DE ANDRADE PINTO
ADVOGADO : KATIA TEIXEIRA VIEGAS E OUTRO(S) - SP321448
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - MG056526
VIVIANA DOS SANTOS LUZ - MG135687
ELIANE NOGUEIRA DA SILVA E OUTRO(S) - MG168913
THAYENE DE ALMEIDA MAGALHAES - MG153809

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GILBERTO DE ANDRADE PINTO, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PRAZO PRESCRICIONAL - CINCO ANOS - CAUTELAR DE PROTESTO AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - AUSÊNCIA DE INTERRUPÇÃO - PRESCRIÇÃO CONFIGURADA.

- O poupador tem o prazo de cinco anos para o ajuizamento do cumprimento individual da sentença coletiva, contados a partir do trânsito em julgado da referida sentença.

O Ministério Público não tem interesse próprio em cada uma das execuções individuais de sentença, não se enquadrando no conceito de terceiro interessado, não estando, portanto, apto a provocar a interrupção da prescrição" (fl. 168 e-STJ).

Nas razões do presente recurso, o recorrente sustenta, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 81, 82, 83 do CDC; 6º da LC 75/93; 5º da Lei nº 7.347/85; 202 e 203 do Código Civil.

Aduz que o Ministério Público tem legitimidade para interpor a medida cautelar de protesto e, com isso, interromper o prazo prescricional para a execução individual de sentença coletiva.

Sem contrarrazões (certidão de fl. 221 e-STJ).

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

Extrai-se dos autos que a parte recorrente objetiva o cumprimento de sentença

Superior Tribunal de Justiça

proferida nos autos da ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, alegando que a Medida Cautelar de Protesto proposta pelo Ministério Público interrompeu o prazo prescricional para a propositura das execuções individuais.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação da parte autora e manteve a sentença que reconheceu a ocorrência da prescrição no presente caso, conforme se observa do seguinte trecho:

"(...)

Ressalto que o ajuizamento de ação cautelar de protesto n. 2014.01.1.1148561-3, proposta pelo Ministério Público não tem o condão de interromper a prescrição, para o cumprimento individual de sentença relativa aos expurgos inflacionários reconhecidos em ação coletiva.

Isso porque, a interrupção da prescrição deve ser efetuada pelo titular do direito subjetivo ou por terceiro interessado, conforme art. 203 do Código Civil.

A melhor interpretação que se extrai do referido dispositivo legal é que o terceiro somente poderá interromper a prescrição, se tiver interesse jurídico pessoal na demanda em questão, de modo que a cautelar de protesto apresentada pelo Ministério Público nos autos da ação coletiva não interrompeu a prescrição para o ajuizamento dos cumprimentos individuais da sentença coletiva.

Ora, o Ministério Público não tem interesse próprio em cada uma das execuções individuais de sentença, não se enquadrando no conceito de terceiro interessado, não estando, portanto, apto a provocar a interrupção da prescrição" (fl. 171 e-STJ).

Tal entendimento, contudo, está em dissonância com o entendimento desta Corte no sentido de que, tratando-se de demanda coletiva, o prazo de prescrição para a execução individual do título pode ser interrompido pela propositura do protesto pelo Ministério Público.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO. AJUIZAMENTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que na demanda coletiva o prazo de prescrição para a execução individual do título pode ser interrompido por protesto interposto pelo Ministério Público.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no REsp 1.684.852/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 27/8/2019)

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO. INTERRUÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.

1. Ação civil pública.

2. O Ministério Público possui legitimidade para propor Medida Cautelar, visando a interrupção da prescrição do prazo para o ajuizamento da execução individual. Precedentes.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no REsp 1.753.269/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/5/2019, DJe 29/5/2019)

Com esse mesmo entendimento, confirmam-se ainda: REsp nº 1.828.487/RS, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, publ. 23/09/2019; REsp nº 1.828.720/RS, Relator Ministro Moura Ribeiro, publ. 4/9/2019; e REsp nº 1.723.099/SP, de relatoria da Ministra Nancy Andrigli, publ. 19/3/2018.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos à origem para que seja verificada a ocorrência ou não da prescrição, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator